Unidades Curriculares Opcionais (#)

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Lógica e epistemologia	LFC	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Espaço, tempo e ciência	LFC	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Cibercultura e as imagens do futuro	FT	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Ciências do artificial	FT	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Teoria da justiça e o problema da verdade	CS	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Ciência e racionalidade política	CS	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Projeto de criação em arte e ciência	AC	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Artes performativas, imagem e cognição	AC	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Bioética da saúde	BE	Semestral	168	T-28; TP-14	6	
Ética ambiental	BE	Semestral	168	T-28; TP-14	6	

(#) O elenco de unidades curriculares optativas é definido anualmente pela coordenação do Programa de Doutoramento.

208456088

Despacho n.º 2606/2015

Procedimento concursal para provimento, em comissão de serviço, do cargo de Coordenador da Área de Documentação, Arquivo e Expediente dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, cargo de direção intermédia de 2.º grau.

1 — Terminado o procedimento concursal para provimento do cargo Coordenador da Área de Documentação, Arquivo e Expediente dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, com a designação do técnico superior do mapa de pessoal do Instituto Superior Técnico, Ana Cristina da Fonseca da Silva Rigueiro, por possuir a experiência profissional, o perfil, a competência técnica e a aptidão mais adequadas ao exercício das respetivas funções, destacando-se o elevado nível da análise e sentido crítico, planeamento e organização, orientação para resultados, com rigor e autonomia e na tolerância à pressão e contrariedades.

2 — Nos termos do estabelecido nos números 9.º e 10.º do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última redação dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, designo Ana Cristina da Fonseca da Silva Rigueiro para o cargo de Coordenadora da Área de Documentação, Arquivo e Expediente dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, cargo de direção intermédia de 2.º grau, em comissão de serviço, com efeitos a 1 de março de 2015, pelo período de 3 anos, renováveis por iguais períodos de tempo.

3 — A nota curricular vai anexa ao presente despacho.

Nota curricular

Licenciatura em Assessoria de Direção, especialização em Ciências da Informação e Documentação pela Universidade Nova de Lisboa.

Exerceu funções de Coordenação da Área de Documentação, Arquivo e Expediente dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, em regime de substituição até à presente data.

Exerceu funções de Coordenação no Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico, na área de gestão de recursos humanos, técnicos, financeiros, materiais e de projetos.

Docente convidada na licenciatura de Secretariado e Comunicação Empresarial, na Universidade Europeia: Laureate International Universities. Exerceu funções de Docente convidada na pós-graduação de Ciências da Informação e Documentação, no Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa e de Formadora na área de Arquivo, na Secretaria Geral do Ministério da Educação.

Foi Membro do Conselho de Escola, Assembleia Estatutária, Conselho Diretivo, Assembleia de Representantes, Conselho Coordenador de Avaliação e Comissão Paritária do Instituto Superior Técnico.

19 de fevereiro de 2015. — O Reitor da Universidade de Lisboa, António Cruz Serra.

208455489

Faculdade de Direito

Despacho n.º 2607/2015

Considerando que a Faculdade de Direito, como instituição de ensino superior, pretende incentivar a investigação aprofundada e de quali-

dade desde o início da formação superior, começando no Curso de Licenciatura;

Considerando que é devido o reconhecimento público pelo mérito académico excecional dos nossos melhores alunos;

Considerando que a Faculdade de Direito celebrou com a Caixa Geral de Depósitos um protocolo onde se prevê a possibilidade de atribuição de prémios, além do apoio geral aos alunos;

Aprovo, após audição do Conselho Académico e ao abrigo do disposto no artigo 93.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e do artigo 26.º, n.º 1, alínea p), dos Estatutos da Universidade de Lisboa, o Regulamento dos «Prémios FDUL/CGD» da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em anexo ao presente despacho.

23 de fevereiro de 2015. — O Diretor, Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro.

Regulamento dos «Prémios FDUL/CGD» da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento compreende as normas sobre a atribuição dos «Prémios Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Caixa Geral de Depósitos» da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento aplica-se aos alunos inscritos no 1.º e no 2.º ciclos.

Artigo 3.º

Bolsas

Os «Prémios Caixa Geral de Depósitos» são os seguintes:

a) Ao melhor aluno de cada um dos primeiros três anos curriculares do 1.º ciclo é atribuído um prémio no valor de € 1.000 (mil euros);

b) Ao melhor aluno do 4.º ano do 1.º ciclo é atribuído prémio no valor de € 1.500 (mil e quinhentos euros);

c) Ao melhor aluno do curso de mestrado profissionalizante é atribuído um prémio no valor de € 2.000 (dois mil euros);

d) Ao melhor aluno do curso de mestrado científico é atribuído um prémio no valor de € 2.000 (dois mil euros).

Artigo 4.º

Apuramento dos premiados no 1.º ciclo

1 — Os alunos premiados no 1.º ciclo são os que tiverem obtido no ano letivo anterior, relativamente a todas as unidades curriculares desse ano, e incluindo as bonificações previstas no regulamento de avaliação em vigor, a média aritmética mais elevada decomposta à centésima.

2 — Em caso de empate, o prémio a atribuir é dividido pelos alunos que tiverem obtido a média mais elevada prevista no número anterior.

Artigo 5.º

Apuramento dos premiados do 2.º ciclo

1 — Os alunos premiados no 2.º ciclo são os que tiverem obtido no ano letivo anterior, e na respetiva avaliação final, a classificação mais elevada, de acordo com os seguintes critérios de seriação:

- a) A classificação final de dissertação mais elevada;
- b) A média aritmética mais elevada decomposta à centésima das unidades curriculares da parte escolar.

2 — Em caso de empate, o prémio a atribuir é dividido pelos alunos que tiverem obtido a classificação mais elevada nos termos do número anterior

Artigo 6.º

Competência

A atribuição dos «Prémios Caixa Geral de Depósitos» é da competência do Diretor da FDUL.

Artigo 7.º

Cerimónia de entrega dos prémios

A entrega dos prémios deve realizar-se em cerimónia pública em que, para além dos alunos premiados, são convidados os presidentes dos diversos órgãos da FDUL e os representantes do patrocinador «Caixa Geral de Depósitos».

Artigo 8.º

Publicidade

A lista dos alunos a quem são atribuídos «Prémios Caixa Geral de Depósitos» deve ser publicada no sítio da Internet da FDUL.

Artigo 9.º

Início de vigência

O presente regulamento entra em vigor no dia subsequente ao da sua publicação.

208458275

Instituto Superior Técnico**Despacho (extrato) n.º 2608/2015**

Por despacho do Presidente do Instituto Superior Técnico, no uso da competência delegada pelo Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa (Despacho n.º 15133, de 20 de novembro de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série do n.º 225 de 20 de novembro de 2013), foi autorizado, após conclusão do período experimental, a manutenção do contrato do Doutor Pedro Filipe Zeferino Tomás, vinculado por contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado na categoria de Professor Auxiliar, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1 índice 195 do Estatuto remuneratório do pessoal docente universitário.

Relatório final relativo à avaliação do período experimental do Doutor Pedro Filipe Zeferino Tomás

De acordo com o parecer favorável dos Professores Catedráticos deste Instituto, Doutor Leonel Augusto Pires Seabra de Sousa e Doutora Isabel Maria Martins Trancoso, sobre o relatório de avaliação do período experimental, apresentado pelo Doutor Pedro Filipe Zeferino Tomás, nos termos do artigo 25.º do ECDU, o Conselho Científico, em reunião de 18 de junho de 2014, deliberou, por unanimidade, dos Professores Catedráticos e Associados presentes na referida reunião, manter por tempo indeterminado o contrato de trabalho em funções públicas do Professor Auxiliar Doutor Pedro Filipe Zeferino Tomás.

23 de fevereiro de 2015. — O Vice-Presidente do Conselho de Gestão,
Prof. Miguel Ayala Botto.

208456322

UNIVERSIDADE DA MADEIRA**Regulamento n.º 107/2015****Regulamento de Prestação de Serviços da Universidade da Madeira****Preâmbulo**

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, as instituições de ensino superior têm o direito e o dever de participar, isoladamente ou através das suas unidades orgânicas, em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico.

A adoção do presente regulamento reveste carácter de especial urgência, tendo em conta a necessidade imperiosa de estabelecer regras claras e objetivas em relação ao procedimento a ser adotado no âmbito das prestações de serviço pelos docentes da Universidade Madeira, bem como de estabelecer que a obrigatoriedade de todas as prestações de serviços ao exterior terem carácter institucional, baseadas em contratos que definam claramente os deveres e obrigações das partes, o que se mostra incompatível com a sua prévia divulgação e discussão por 30 dias, pelo que, nos termos do disposto no artigo 110.º/3 do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, dispensa-se tais formalidades.

Assim, face à necessidade de alterar o Regulamento de Prestação de Serviços da Universidade da Madeira, ouvidos o Conselho de Gestão, a 16 de dezembro de 2014, e a Comissão Académica do Senado, a 28 de janeiro de 2015, que se pronunciaram favoravelmente a esta alteração, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º dos Estatutos da Universidade da Madeira, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 53/2008, publicado na 2.ª Série do *Diário da República* de 17 de outubro, o Reitor da Universidade da Madeira aprova o seguinte regulamento.

CAPÍTULO I**Objeto, Instrução e Afetação de Verbas**

Artigo 1.º

Definição e âmbito

1 — Uma prestação de serviços compreende as atividades solicitadas por entidades externas, cuja realização envolve recursos da Universidade da Madeira e cujos custos são suportados, na sua totalidade, pela entidade que pede a prestação de serviços.

2 — A prestação de serviços assenta na capacidade científica e técnica especializada dos docentes e colaboradores da UMA, tendo por objetivo transferir conhecimento para os domínios em que as entidades externas requeiram a sua aplicação.

3 — A prestação de serviços não pode prejudicar as normais atividades de docência e de investigação da UMA.

Artigo 2.º

Serviços

1 — O presente Regulamento aplica-se a serviços desenvolvidos pela UMA titulados em protocolos ou contratos com outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

2 — Os serviços prestados pela Universidade incluem, entre outros, atividades de consultoria, auditoria, assessoria, monitorização, investigação, desenvolvimento experimental, arbitragem, análises, pareceres, peritagem, estudos ambientais, estudos sociais e de transferência tecnológica ou similares e serviços especializados de formação de recursos humanos.

Artigo 3.º

Formalização da prestação de serviços

1 — A prestação de serviços formaliza-se através de protocolo ou contrato celebrado entre a UMA e a entidade externa, que deve conter os seguintes elementos:

- a) Identificação da entidade contratante;
- b) Descrição técnica e tipologia da prestação de serviços;
- c) Duração das atividades;
- d) Indicadores de realização;
- e) Orçamento das atividades propostas;
- f) As formas de pagamento;